

A HISTÓRIA QUE PERPASSA A INSPETORIA DE OBRAS CONTRA AS SECAS EM 1915 NO CEARÁ

Leda Agnes Simões de Melo*

RESUMO

Para controlar os problemas que as secas traziam para os sertões nordestinos, criou-se em 1909 a Inspetoria de Obras Contra as Secas (IOCS), que tinha como intuito básico construir açudes e estradas de ferro em todo o Nordeste seco para amenizar os efeitos das secas prolongadas. Nessa perspectiva, esse trabalho pretende analisar quem eram as figuras que estavam à frente da IOCS na seca de 1915 no Ceará e quais pensamentos os influenciaram para que intervissem nos semiáridos nordestinos em nome da razão e da ciência, do progresso e da modernidade, como vias de retirar os sertões de um verdadeiro “atraso” histórico.

Palavras-chave: Secas; sertão nordestino; Inspetoria de Obras Contra as Secas

ABSTRACT

For controlling the problems brought by drought to northeastern backwoods, it was created in 1909 Inspectorate of Works Against Droughts (IWAD). This had as basic intention to build dams e railroads around drought northeastern to soften the prolonged drought effects. In this perspective, this work intends to analyze who were the characters ahead of IWAD in Ceará 1915 drought and the thoughts that influenced the northeastern semiárido intervention on behalf science and right, progress and modernity, as a way of remove the backwoods of historical backwardness.

Keywords: Droughts; Northeastern backwoods; Work Against Droughts Inspectorate.

* Mestre em Ciências Sociais pelo Programa de Pós Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento Agricultura e Sociedade (CPDA/UFRRJ). Bacharel e Licenciada em História pela Universidade Federal Fluminense(UFF). E-mail: ledagnes@hotmail.com

Introdução

Um marco importante para se entender a criação das Inspetorias de Obras Contra as Secas foi a forte estiagem de 1877, que ocasionou a morte de milhares de sertanejos, além da multiplicação de epidemias e uma onda de migrações, principalmente no estado do Ceará. Depois desses episódios, “as secas passam a ser encaradas como um fenômeno natural a ser corrigido, um problema a ser solucionado e não como uma fatalidade inevitável e uma imposição do destino.”¹.

É também no período pós-proclamação da República, especificamente com Epitácio Pessoa em 1919, que a União passou a incluir à sua competência resolver os problemas das secas. A partir de então, trabalhariam em conjunto União e estados para atenuar as crises climáticas. Apesar disso, se recorria efetivamente à caridade particular e, só a partir do período de Getúlio Vargas, segundo Frederico de Castro Neves, que se criaram organismos, de maioria estatal, para organizar o plano de combate às secas. Portanto, só no período Vargas que a União centralizará de forma sistemática o problema das estiagens.

De acordo com Maria Penha dos Santos, foi a partir da seca de 1877 que o Brasil buscou soluções mais efetivas para os problemas das estiagens como: “as comissões Imperial (1877), do Açude Quixadá (1884), as Comissões de Açudes e Irrigação (1904) as Comissão de Estudos e Obras Contra os Efeitos da Seca (1904) e a Comissão de Perfuração de Poços (1904)”², que deram origem à Inspetoria de Obras Contra as Secas (IOCS) criada para aglutinar os projetos e para controlar os problemas que as secas traziam para o Nordeste, tendo como figuras importantes para sua consolidação e importância os engenheiros. Portanto, foi, principalmente, no alvorecer da República que os engenheiros serão uma categoria valorizada e uma parte da elite culta que poderia trazer a luz da civilização aos sertões atrasados. A Inspetoria era composta por muitos deles que viam o trabalho e a afirmação das técnicas sob a natureza como os meios de transformar o Brasil do atraso no país do progresso.

A IOCS nasceu nesse contexto e foi instituída pelo decreto-lei número 7619, de 21 de outubro de 1909. Seus serviços eram “destinados a prevenir, quanto possível, e atenuar os desastrosos efeitos das secas periódicas que flagelam o nordeste”³, em algumas partes do norte do Estado de Minas Gerais, a Bahia, Alagoas, Pernambuco, Paraíba e Piauí e, por completo, do Rio Grande do Norte e Ceará. Cabia a esse órgão penetrar os sertões nordestinos e para isso houve um grande incentivo à construção de obras públicas com uso da mão de obra sertaneja. O discurso da criação dessas obras foi muito utilizado pelos engenheiros e pelo governo da época. Por meio delas se poderia ‘tirar’ o sertanejo de sua vida isolada nos sertões.

Nessa perspectiva, o intuito deste trabalho é entender as diversas influências que os intelectuais que estiveram à frente da IOCS em 1915 sofreram e que foram pontos-chave para o entendimento sobre o que eram os sertões e como se deveria atuar neles. A escolha pelo ano de 1915 se deu porque nele ocorreu a emblemática seca de 1915 no Ceará que, inclusive, deu origem ao famoso livro de Raquel de Queiroz O Quinze. Essa seca levou à morte milhares de sertanejos e atestou uma verdadeira desordem nos projetos das obras públicas de combate à seca, que tiveram duas consequências: uma, o uso maciço da mão de obra dos sertanejos nas obras públicas, principalmente para ocupá-los e mantê-los fixados em suas localidades evitando o “ócio”. Tais obras não tinham as mínimas estruturas para os trabalhadores, faltava

1 AGUIAR, Pinto de. Nordeste, o drama das secas. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1983, p.65.

2 SANTOS, Maria Penha dos. As Comissões Científicas da Inspetoria de Obras Contra as Secas na gestão de Miguel Arrojado Ribeiro Lisboa (1909-1912). Casa de Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2003, p.13.

3 BRASIL. Relatório da Inspetoria de Obras Contra as Secas. Ministério da Viação e Obras Públicas, 1913, p.8.

uma organizada distribuição de alimentos e condições básicas de salubridade, o que levou a morte de muitos cearenses; e dois, uma onda migratória subsidiada pelo governo para a Amazônia. Tal incentivo à promoção de passagens para os sertanejos também ocasionou a morte de milhares deles. Muitas dessas mortes ocorreram na própria viagem, nos trens sem as mínimas condições de higiene, ou nos seringais que exploravam a mão de obra sertaneja e não tinham também as condições básicas para os trabalhadores dos sertões cearenses.

Sendo assim, neste artigo, será priorizada a análise da atuação dos engenheiros e intelectuais que estiveram à frente das obras públicas da Inspetoria na seca de 1915, e abordaremos a migração cearense para o Norte do país como mais um ponto importante desse contexto histórico. Esses temas são primordiais para o entendimento sobre certas posturas em relação aos sertões que, em certa medida, pairam no nosso imaginário até os dias atuais.

Entrando na Inspetoria de Obras

A Inspetoria ficou localizada na Avenida Rio Branco, no estado do Rio de Janeiro (naquele período, a capital federal da República), e por sua cede ser fixada na capital federal, acabou por receber diversas críticas, apontando que a IOCS não conhecia a realidade dos sertões. O decreto que organizou esses serviços foi o de número 9256, de 28/12/1914, ficando aprovado o regulamento assinado pelo ministro de Estado da Viação e Obras Públicas. No artigo 2º, ressaltava-se que os estudos e obras que serviam para prevenir os efeitos das secas deviam ser relacionados: a estradas de ferro e penetração, estradas de ferro afluentes das estradas principais, estradas de rodagem e outras vias de comunicação entre os pontos flagelados e os mercados, açudes, poços e canais de irrigação, barragens, drenagens dos vales desaproveitados do litoral, estudos geográficos, meteorológicos, hidrológicos das zonas assoladas e instalação de postos.

Ficava a cargo da União, de acordo com o artigo 4º, a execução das obras emergenciais e as demais obras ficavam a cargo dos estados, com auxílio da União. Ou, de acordo com o art 3º, as construções poderiam ser realizadas pela União ou por esta e pelos estados conjuntamente. A União também ficaria responsável pelos estudos dos estados assolados pelas secas, entregando para tais governantes os relatórios referentes à construção de açudes e perfuração de poços em cada localidade.

Para solicitação da verba à União, os estados deviam requerê-la ao ministro da Viação e Obras Públicas, tendo como comprovação que o seu estado era assolado periodicamente pela seca. Com isso, mais tarde, diversos estados passaram a apelar à União por meio de telegramas, pelos jornais locais ou do sul, com histórias de mortes e cenas de horror de flagelados pelas ruas das cidades. A obtenção dessas verbas que, muitas vezes, eram desviadas para outros fins escusos, é o início da futura indústria da seca. Essa indústria acabou por beneficiar as elites locais e, segundo Celso Furtado, muitas pessoas acabaram por ganhar com a seca, porque com ela chegava aos estados muita verba do governo para melhoria do comércio e para financiar as frentes de serviço - que eram as obras públicas de combate à seca - revelando como "a seca é um negócio"⁵.

O art 21 relatava que os açudes de grande porte deveriam ser construídos à

4 Decreto Lei nº 9256, de 28 de dezembro de 1911. Diário Oficial da União - Seção 1 - 13 de janeiro de 1912, p.661. Disponível em: <http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaTextolIntegral.action?id=39162&norma=54881>. Acessado em: 20 jan. 2015.

5 TAVARES, M. C.; ANDRADE, M. C.; PEREIRA, R. (entrevistadores). Seca e Poder: entrevista com Celso Furtado. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1998, p 25.

margem e nas proximidades das estradas de ferro e em terras públicas ou desapropriadas. Muitos sertanejos foram retirados de suas terras nesses períodos, como mostra um Relatório da Inspetoria de Obras, no exemplo de uma conservação do Açude de Quixadá com a desapropriação dos que lá moravam nas terras:

A vista de um termo de desistência, firmado pelo ex-Chefe da extinta Comissão de Açudes e Irrigação e todos os ocupantes dos terrenos pertencentes à bacia deste açude, no qual se obrigaram os últimos a desocupá-los logo que assim fosse determinado pelo Governo, e achando-se aqueles terrenos desigualmente repartidos, recomendou-se, em abril de 1911, a retirada dos mesmos ocupantes dentro do prazo de sessenta dias, para ser feita, em seguida, a divisão em lotes de dois hectares, no máximo(...)⁶

Além disso, os açudes médios e pequenos deviam ser construídos pelos estados ou particulares e, caso a União reparasse açudes já existentes construídos pelos estados ou municípios, os açudes passariam a domínio da União. Essa situação dos açudes particulares mostra que, para que o açude fosse construído em propriedade particular, o acordo era, por meio do art 44, que seriam distribuídos prêmios aos indivíduos e sindicatos agrícolas que construíssem os açudes médios ou pequenos. Dentro disso, no art 47, o proprietário se comprometeria a fornecer água para as necessidades domésticas das populações que o circundavam. Porém, muitos dos proprietários não cumpriam os acordos de distribuição de água para os mais afetados pelas secas, o que acabou não beneficiando a população mais pobre e crescendo o uso da água como barganha política para se conseguir voto daquele ou de outro partidário do proprietário.

A Inspetoria devia agir em três seções no país, eram elas: a 1ª seção que abrangia Ceará e Piauí, a 2ª pertencendo Rio Grande do Norte e Paraíba, e a 3ª os estados da Bahia, Sergipe, Alagoas, Pernambuco e do norte de Minas Gerais. De acordo com Angela Ferreira, Désio Rodrigo et al.⁷, os estudos da IOCS possibilitaram a interiorização e o controle governamental sobre diversas áreas. Seu primeiro engenheiro foi Arrojado Lisboa, que empreendeu diversos estudos nos sertões. Segundo Lara Ferreira, foi sob sua égide que o “semiárido virou campo de investigação e atuação.”⁸ Sua ação estava pautada na razão e na intervenção científica como os verdadeiros meios de se mudar o quadro de tormenta das secas. Dever-se-ia adaptar a natureza ao homem e não o inverso. Para isso, a construção de barragens, ferrovias e a realização de reflorestamentos foram formas de ação bastante utilizadas.

Desde a sua criação, a IOCS sofreu fortes influências dos estudos norte-americanos. Em um Boletim da Inspetoria de 1934, onde descrevia a trajetória da criação da IOCS, relatou-se que Arrojado Lisboa tentou fazer da Inspetoria semelhante o *Reclamation Service*, repartição norte americana criada para o desenvolvimento do semiárido do oeste americano. No Boletim dizia-se:

O ilustre engenheiro procurou desempenhar a incumbência, dando à Inspetoria feição semelhante ao

6 BRASIL. Relatório da Inspetoria de Obras Contra as Secas. Ministério da Viação e Obras Públicas, 1913, p.34.

7 FERREIRA, Angela Lúcia; SILVA, Désio Rodrigo da Rocha; SIMONINI, Yuri. Dominar o conhecimento, controlar o território: considerações sobre os mapas da Inspetoria de Obras Contra as Secas – Nordeste/Brasil 1910-1915. XIII Colóquio Internacional de Geocrítica El control del espacio y los espacios de control Barcelona, 5-10 de mayo de 2014, p.2.

8 FERREIRA, Lara Vanessa de Castro. Enxadas e compassos: seca, ciência e trabalho no sertão cearense (1915-1919). Salvador: Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, 2009, p.22.

Reclamation Service que é o departamento congênere americano, do qual, entretanto, nos distanciávamos em virtude da desproporção dos recursos financeiros e também dos recursos técnicos, por isto que se tratava de uma especialidade da engenharia quase em absoluto desprezada no Brasil.⁹

Tendo o modelo científico e racional como o único que poderia mudar a natureza para transformá-la, o *Reclamation Service* foi a escola da qual os engenheiros da IOCS sofreram maiores influências. Kleinton Moraes ressalta que, logo após sua criação, partiram do Rio de Janeiro com destino a Fortaleza “um grupo de cientistas, sob o comando dos geólogos Roderic Crandall e Horace Williams, todos do SGMB”¹⁰, o chamado Serviço Geológico e Mineralógico do Brasil. O SGMB foi criado em 1906 por Orville Derby que já vinha ao Brasil desde 1870 fazer estudos sobre o território brasileiro. Muitos dos engenheiros que estiveram com Derby nessa criação fizeram, mais tarde, parte do quadro de engenheiros da IOCS.

Ainda houve outras viagens importantes que tiveram à frente cientistas estadunidenses, como o geólogo da Universidade de Stanford, Gerald Waring e, os geólogos Ralph Sopper e Horatio Small, que foram ao Nordeste em 1912. Nísia Trindade Lima ainda explica que a Inspetoria contratou também, em 1912, o Instituto Oswaldo Cruz para realizar incursões ao Nordeste. O Instituto estava embebido pelos debates que viam os sertões como lugares de resistência à modernidade e o sertanejo como um homem de natureza rústica que precisa ser civilizado. Essa perspectiva acabou por criar a figura do sertanejo como doente, e os sertões como lugares do atraso, relacionados “ao abandono a que eram relegadas as populações do interior do Brasil.”¹¹ A IOCS, portanto, estava envolvida nesse discurso – muito em voga na seca de 1915 – que entendia a natureza como problema e o homem dos sertões como relutante às medidas civilizatórias e de progresso nacional. Os intelectuais que pensavam o Brasil no começo da República deveriam agora tomar parte do país para transformá-lo, ou seja, “ao mero reconhecimento do espaço como nas narrativas de viajantes do século XIX, juntava-se o expediente de intervir neste mesmo espaço.”¹² Por isso, a IOCS deveria intervir nos sertões, modificá-los, modernizá-los e os engenheiros serão os homens da ciência que colocarão esse projeto de progresso nacional em prática.

A IOCS em 1915

Em 1915, três figuras são importantes para se entender a atuação da Inspetoria de Obras e o combate à seca no Ceará, são eles: o engenheiro José Ayres de Souza, que estava à frente da IOCS nesse período; o ministro da Viação e Obras Públicas, o jurista Augusto Tavares Lyra; e Aarão Reis, engenheiro responsável pela Comissão de Obras Novas. Esses três nomes não estarão de fora de todo o pensamento hegemônico já mencionado. Pelo contrário, foram três figuras com carreiras políticas, e militantes republicanos.

9 BRASIL. Boletim da Inspetoria Federal de Obras Contra as Secas. Ministério da Viação e Obras Públicas. Republica dos Estados Unidos do Brasil, Publicação Mensal. Volume 1, Num4 Fortaleza:Tipografia Mineira – Assis Bezerra Fortaleza – Abril de 1934, p.150.

10 MORAES, Kleiton de Sousa. O sertão descoberto aos olhos do progresso: a Inspetoria de Obras Contra as Secas (1909-1918). Dissertação de Mestrado submetida ao Programa de Pós-Graduação em História Social. Rio de Janeiro: Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, 2010, p.89.

11 LIMA, Nísia Trindade. Um sertão chamado Brasil: intelectuais e a representação geográfica da identidade nacional. Rio de Janeiro: Revan: IUPERJ, UCAM, 1999, p.8.

12 MORAES, Kleiton de Sousa. O sertão descoberto aos olhos do progresso: a Inspetoria de Obras Contra as Secas (1909-1918). Dissertação de Mestrado submetida ao Programa de Pós-Graduação em História Social. Rio de Janeiro: Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, 2010, p.31.

Tavares de Lyra nasceu em Macaíba no Rio Grande do Norte, em 1872. Seu pai era coronel da Guarda Nacional e comerciante da região. As ideias liberais e abolicionistas nortearam seus pensamentos na juventude, quando ingressou na Faculdade de Direito do Recife. Foi eleito deputado federal por segundo mandato de 1877-99, no Rio de Janeiro. Em 1902, participou da fundação do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte. De 1904 a 1906, foi governador do Rio Grande do Norte. Neste período, ocorreu uma grande seca no estado que ocasionou um surto de varíola. Tavares Lyra deu ênfase à modernização de Natal e ao crescimento urbano. Em 1906, foi convidado a ser ministro da Justiça e Negócios Interiores. Preocupou-se com a reforma na educação pública, que, para ele, seria a base para a modernização do país, sendo necessário que a União intervisse diretamente nessa questão. O período era marcado pelas influências inglesas e norte-americanas, ainda havendo entusiastas do positivismo no campo da política e da cultura. Lyra foi também redator do jornal *A República*, na coluna "Em vários tons", com o compromisso forte com a causa republicana.¹³

Em 1915, Wenceslau Braz – presidente do país naquele contexto - o convidou para ser ministro do seu governo e Tavares de Lyra acabou por escolher a pasta de Ministro da Viação e Obras Públicas, quebrando a tradição de engenheiros à frente desse cargo. Foi ele quem revisou o problema das ferrovias em 1915 e que colocou a cargo da União a Rede de Viação Cearense (RVC). A RVC compunha a Estrada de Ferro Baturité e a Estrada de Ferro Sobral, famosas vias férreas do Ceará. No relatório ministerial de 1915, Tavares de Lyra dizia:

Foi depois de conhecer em detalhes a situação que aí fica esboçada, apenas em parte, que o Governo iniciou o trabalho de revisão de contratos, sem dúvida o mais importante e proveitoso de quantos, no Ministério da Viação e Obras Públicas, reclamavam a sua carinhosa solicitude.¹⁴

Neste mesmo relatório, enfatizou a preocupação com as ferrovias e portos do Nordeste, influenciado pelas concepções de modernidade e progresso que afluíam ao país na 1ª República e que estavam ligados a um plano de tentar interligar diversas localidades do país por meio dos portos e ferrovias. No entanto, a situação daquele período demandava contenção de despesas econômicas devido à conjuntura internacional da 1ª Guerra Mundial, que acabou afetando as verbas enviadas ao Ministério da Viação. Tal contexto influenciou as políticas de Tavares de Lyra e a contenção de gastos do engenheiro José Ayres de Sousa. Tavares de Lyra, em um de seus relatórios dizia:

Ninguém ignora ter sido em relação a serviços subordinados ao Ministério da Viação e Obras Públicas, especialmente os de estradas de ferro e portos, que assumimos os maiores compromissos, quando, de anos para cá, começamos a praticar, sem cautelosa moderação, uma larga política de melhoramento de materiais. Era natural, portanto, que – chegado o momento em que o país, trabalhando por uma intensa crise econômico-financeira, agravada pela conflagração europeia, tinha de mudar forçosamente

13 Ideia retirada de: SILVA, Francisco Anderson Tavares de Lyra. Augusto Tavares de Lyra, em vários tons. Natal: Programa de Pós Graduação em Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2012.

14 LYRA, Augusto Tavares de. Relatório I do ano de 1915, apresentado ao presidente da República dos Estados Unidos do Brasil pelo ministro Augusto Tavares de Lyra. Ministério da Viação e Obras Públicas. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1917.

de orientação a fim de reduzir o mínimo às despesas públicas – para esse ministério se volvessem as vistas da administração no sentido de suspender ou retardar obras que não podiam ser executadas sem sacrifícios, que a situação não comportava.¹⁵

Sabe-se, contudo, que para além da conjuntura econômica europeia, as elites do período estavam envolvidas com a modernização das cidades e com a reorganização do mercado interno do sudeste para conter a crise. Logo, atacar as verbas do Ministério da Viação era, primeiramente, diminuir os gastos com obras e incentivar a fabricação de novos produtos no país, e isso incluía ter olhos voltados para o centro do progresso que eram, naquele momento, Rio de Janeiro e São Paulo. O semiárido, agravado pela crise da seca de 1915, acabava por se tornar um fator secundário.

Já o engenheiro José Ayres de Souza nasceu em 1874 e foi natural de Santana do Acaraú, no Ceará. Sua trajetória esteve sempre ligada às obras públicas. De 1900 a 1901, participou da construção do açude Acaraú-Mirim no Ceará, e em 1909 foi membro da Comissão de Açudes e Irrigação, se tornando em seguida subinspetor da IOCS. Esteve à frente da IOCS em três momentos: de 1912 a 1913, de 1915 a 1918 e 1930 a 1931. Pelo decreto lei n.11.704, ficou extinto o cargo de inspetor efetivo, passando a Ayres de Souza o cargo de inspetor.

Ayres de Souza esteve inserido no dilema da maioria dos engenheiros daquele período, atuar em trabalhos “por meio, principalmente, das obras públicas”¹⁶. Também foi influenciado pelos debates norte-americanos e pela “Escola Plurífera” que via o problema da questão da água como principal a ser resolvido nos sertões. Com isso, Ayres de Souza percebeu que para aplicar tais modelos teria que enfrentar uma verdadeira “luta” contra o espaço e contra o tempo que nos sertões, de acordo com Kleiton Moraes, eram regidos por outras forças.

O engenheiro, assim como os diversos intelectuais daquele contexto, ao entrar no semiárido, acabava apresentando uma visão fatalista de que os sertões não se submetiam ao avanço da modernidade, “um território onde esse “ente” da modernidade era usurpado pela natureza dominante. A “civilização” passava de atacante a atacada.”¹⁷ Por isso, em seus relatórios alertava ao Ministro Tavares de Lyra as condições que vivam as obras, não só pela natureza em si, pela falta de água e pelas condições do meio físico para colocar as obras em prática, como também a preocupação com a multidão de retirantes que se aglomeravam ao redor delas. Dizia o Inspetor:

(...) Sendo cada dia maior o numero de famintos no local das obras e não permitindo a falta d'água que se desse grande incremento às obras da barragem, de modo a serem aqueles aproveitados nos serviços, ficou resolvido proceder á roçagem, destocamento e queima na bacia hidráulica.¹⁸

¹⁵ Idem, p.3.

¹⁶ LIMA, Aline Silva. Um projeto de “combate às secas” os engenheiros civis e as obras públicas [manuscrito]: Inspeção de Obras Contra as Secas – IOCS e a construção do açude Tucunduba (1909-1919). Fortaleza: Dissertação (Mestrado). Universidade Federal do Ceará, Centro de Humanidades, Programa de Pós-Graduação em História, 2010, p.48.

¹⁷ MORAES, Kleiton de Sousa. O sertão descoberto aos olhos do progresso: a Inspeção de Obras Contra as Secas (1909-1918). Dissertação de Mestrado submetida ao Programa de Pós-Graduação em História Social. Rio de Janeiro: Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, 2010, p.87.

¹⁸ SOUZA, José Ayres de. Relatório dos trabalhos executados durante o ano de 1915. Apresentado a 15 de

Por isso, o medo da desordem nas obras – relatadas em secas anteriores, principalmente a de 1877 – fazia com que a IOCS temesse a ‘multidão de retirantes’ e tivesse o ordenamento nas obras como meta a ser cumprida a qualquer preço, o que certamente gerou diversos conflitos entre os operários e os engenheiros. No mesmo relatório citado acima, em outro trecho, Ayres de Souza continuava a criticar o número de retirantes que se aglomeravam na construção do açude de Quixadá e dizia ser necessário que a vigilância aumentasse para que não gerasse conflito na obra:

Durante o ano de 1915 essa fiscalização feita pelo encarregado geral do serviço, e por um auxiliar, que percorria assiduamente a bacia, inspecionando os lotes, os cercados, as vazantes, foi regularmente realizada apesar de se haver tornado sobremodo difícil, por causa do acúmulo de retirante que, aproximadamente, em número de seis mil, se abrigaram nas circunvizinhanças do açude, dando lugar a que se tivesse de exercer uma vigilância contínua para se impedirem atritos, lutas, roubos, etc., além da não pequena tarefa de conserva-los distribuídos pelas vazantes, de modo a se evitem aglomerações prejudiciais aos interesses do serviço.¹⁹

Continuando a descrever a obra do açude de Quixadá, o engenheiro criticava a situação da obra dizendo que aumentava o número de ‘forasteiros’ a cada instante, e que em meados de 1915 existiam ao redor do açude 5.684 pessoas, ou seja, estavam abrigadas na bacia de irrigação 1.665 pessoas e 4.016 nas vazantes, divididas em 559 lotes, afirmando que “alguns desses lotes chegaram a conter 22 pessoas entre adultos e crianças”.²⁰ O medo das aglomerações era o medo do terror dos roubos e saques. Por isso, o próprio Inspetor acabava por chamar os sertanejos de forasteiros, fazendo uma alusão àquele que está fora de sua terra natal, um peregrino, o que vem de fora, sendo necessário que houvesse uma maior vigilância em relação a eles, controlando suas ações.

No entanto, na realidade, não era o sertanejo quem desorganizava as obras. A pouca verba e o emaranhado de questões políticas, principalmente relacionadas ao poder dos grandes proprietários, desordenavam os trabalhos nos sertões. Anos e anos corriam para que uma obra terminasse. Raras as obras que foram finalizadas dentro do prazo previsto. As ideias preocupadas em resolver problemas pontuais e envolvidos nas visões tecnicistas acabavam não atingindo o cerne da questão, os problemas sociais eminentes nos sertões nordestinos ocasionados pelo poder latifundiário e que influenciavam a falta de água, comida, sementes e a própria prosperidade do semiárido, independente da seca.

Vendo esse panorama e a necessidade cada vez maior de obras para ocupação de sertanejos no período da seca de 1915, foi elaborada uma Comissão de Obras Novas Contra as Secas (1915-1918), que não estava sob o comando da Inspetoria de Obras, mas deveria trabalhar em conjunto com ela, de maneira a complementar e acelerar as obras. Essa Comissão foi dirigida pelo engenheiro Aarão Reis, que, inclusive, assinava diversos relatórios sobre as condições das obras de socorros nos sertões e enviava relatórios à Inspetoria.

julho de 1916 ao Sr. Ministro da Viação e Obras Públicas, Dr. Augusto Tavares de Lyra, pelo Inspetor Interino José Ayres de Souza. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional 1917, p.38.

19 Idem, p.51 e p.52.

20 Ibidem, p.54.

Entra no cenário da IOCS e da seca de 1915 o engenheiro Aarão Reis, nascido no Pará em 1853. Foi nomeado Inspetor da IOCS em 1913, deixando o cargo para assumir essa Comissão em 1915. Formou-se pela Escola Politécnica do Rio de Janeiro, tendo como base a influência do positivismo na sua formação de engenheiro. Sua carreira política iniciou quando foi eleito deputado federal do Pará por três vezes. Ainda foi também professor da Escola Politécnica e diretor-secretário do Clube de Engenharia. Tornou-se não só político, como um estudioso da transformação social, política e econômica que deveria acontecer na sociedade brasileira²¹.

Lara de Castro Ferreira ressalta que os estudos atuais ainda não conseguiram abarcar o porquê da criação dessa Comissão. Alguns ressaltam que pode ter sido por questões políticas e econômicas de descentralização das verbas contra as secas, ou mesmo pela ineficiência da IOCS. No entanto, o que vale deixar claro é que Aarão Reis e a Comissão acabaram por aglutinar a maioria das obras e a controlá-las nesse período.

No decreto 2.974, de 15 de julho de 1915²², constava no art 1º a verba extraordinária e a construção de obras para a calamidade que passava a assolar os sertões em 1915. No art 1º destaca-se, portanto, que a União havia autorizado abrir, por meio do Ministério da Viação e Obras Públicas, créditos extraordinários para serem aplicados nas obras na zona nordestina assolada pela seca, priorizando, assim, que se ocupassem os braços sertanejos dando maior número de trabalho e mantendo a maioria da população em seus domicílios. Esse decreto legitimou a criação da Comissão de Obras Novas. Neste artigo, já se deixava clara a postura da IOCS: ocupar a mão de obra sertaneja com trabalho e mantê-los, o maior número possível, em suas localidades, mesmo que se encontrem diversos ofícios contento grande número de migrações para o Pará, por exemplo. Para isso, a prioridade da Comissão era a construção de obras imediatas.

Essa visão de estímulo constante à construção de obras públicas estava também pautada nas ideias de atuação do engenheiro Aarão Reis, que era adepto a visões positivistas. Segundo Kleiton Moraes, “Reis já era um aclamado engenheiro, reconhecimento que vinha especialmente por ter sido um dos planejadores da construção da cidade de Belo Horizonte”²³, e também por já vir atuando, desde o Império, em obras importantes no país. Portanto, um engenheiro de nome e experiência. A visão de mundo do engenheiro Aarão Reis era pautada por uma ideia evolucionista da humanidade, ou seja, o ser humano evoluiria em etapas até chegar a uma sociedade livremente organizada, por meio do progresso. Era necessário, sendo assim, que essa noção de progresso à luz da civilização fosse levada para os sertões, de modo a “evoluir” o povo sertanejo.

As missões civilizatórias e a importância que foi dada ao trabalho dos engenheiros e da própria Inspetoria podem ser exemplificadas no trecho de um relatório do engenheiro Aarão Reis²⁴, onde enfatizava o valor dos serviços realizados pela Inspetoria como

21 Ideia retirada de: MORAES, Kleiton de Sousa. O sertão descoberto aos olhos do progresso: a Inspetoria de Obras Contra as Secas (1909-1918). Dissertação de Mestrado submetida ao Programa de Pós-Graduação em História Social. Rio de Janeiro: Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, 2010, p. 138.

22 Decreto 2.974, de 15 de julho de 1915. Câmara dos Deputados: Diário Oficial da União - Seção 1 – 21 de julho de 1915, p.7765. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1910-1919/decreto-2974-15-julho-1915-574910-publicacaooriginal-97982-pl.html>. Acessado em: 20 jan. 2015.

23 MORAES, Kleiton de Sousa. O sertão descoberto aos olhos do progresso: a Inspetoria de Obras Contra as Secas (1909-1918). Dissertação de Mestrado submetida ao Programa de Pós-Graduação em História Social. Rio de Janeiro: Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, 2010, p.137.

24 REIS, Aarão. Relatório apresentado ao Exm. Sr.Dr. Augusto Tavares Lyra pelo Dr. Aarão Reis, Inspetor extinto

uma verdadeira 'luta patriótica contra os efeitos das secas', que havia permitido uma maior organização burocrática das obras, e tinha 'impedido' o cortejo de 'torpezas e iniquidades' causadas pela mendicância e pelo costume da esmola, episódios que aconteceram na seca de 1877. Na realidade, a IOCS não impediu que muitos sertanejos "esmolassem" pelas ruas, porque não havia um programa organizado para a quantidade de pessoas que migravam para os centros urbanos.

Para Kleiton Moraes, havia uma diferença primordial entre Arrojado Lisboa (1909) e Aarão Reis (1915). O primeiro foi voltado para as missões científicas e análises sobre os problemas das secas e o segundo esteve ligado a outra fase da escola de engenheiros voltada aos trabalhos urbanos e "avessos aos trabalhos em torno da agricultura do país"²⁵. O olhar passou a voltar-se para as obras de comunicação, mais do que resolver o problema da distribuição da água, que era a foco da IOCS na gestão de Lisboa. Ou seja, Aarão Reis se voltaria a trabalhos mais imediatos como a construção de obras em curto prazo, mais do que longos estudos em torno delas. Contudo, não havia trabalho para todos e as construções não foram tão organizadas como almejava Reis. A desordem nas obras, a falta de verbas e a demora de finalização de muitas delas levarão às ondas migratórias.

No jornal *A Lucta*, diversas reportagens deixavam claras as insatisfações com a demora nas obras, ou até mesmo a sua não realização por conta da quantia dada ao estado cearense:

O governo, portanto, não obstante as sérias dificuldades financeiras com que se vê a braços, o que não ignoramos pouco, de boa vontade pode francamente, embora dando qualquer outro trabalho, mandar prosseguir os serviços do prolongamento da via férrea de Crateús e iniciar o de outras estradas em estudos no Ceará, e arrancar assim a uma morte trágica e humilhante o grande numero dos filhos deste Estado.²⁶

Nessa perspectiva, levando em consideração que não havia obra suficiente para manter o sertanejo "ocupado" e em sua terra, veem-se dados interessantes do número das migrações que mostram que não havia, de fato, uma organização clara e que as obras não eram suficientes para o número de sertanejos que saíam do interior em busca de oportunidade. Nos ofícios referentes ao mês de julho a novembro de 1915, emitidos para a Companhia Lloyd Brasileiro, o número de passagens para os portos do Norte que abrangiam Maranhão, Pará, Manaus, Recife, Maceió, dentre outras localidades, chegou a ter os seguintes números de pedidos de passagens para os emigrantes, por conta dos socorros públicos de combate à seca: em julho, 66 passagens para o Maranhão, 208,5 para o Pará e 300 para Manaus, totalizando 574,5 passagens; em agosto foram solicitadas nos primeiros dias 830,5 passagens, divididas entre Maranhão, Pará, Manaus, depois foram solicitadas em outro ofício, do mesmo mês, 375,5 passagens para o Maranhão, 264 para o Pará, 56 para Santarém, 275 para Manaus totalizando 629,5 passagens. Ainda em agosto, requereram-se 35 passagens para Recife e 2 para Maceió, totalizando 37 passagens. Ainda constata-se um pedido, nesse mesmo mês, sem especificidade

de obras contra as secas, incumbido, em comissão de instalar e dirigir essas obras, fora da alçada daquela Inspetoria. Ministério de Viação e Obras Públicas. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1920, p.16.

25 MORAES, Kleiton de Sousa. O sertão descoberto aos olhos do progresso: a Inspetoria de Obras Contra as Secas (1909-1918). Dissertação de Mestrado submetida ao Programa de Pós-Graduação em História Social. Rio de Janeiro: Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ, 2010, p.142.

26 Jornal *A Lucta*. *Socorro!* Sobral: Anno 1, 25 de março de 1915.

das localidades, mas pedindo 500 passagens para os portos do Norte, totalizando assim, só neste mês, 1.997 passagens para os portos do Norte; em setembro solicitaram-se 561,5 passagens para os portos do Norte; no mês de outubro foram pedidas 518 passagens num primeiro momento, e depois mais 727 para os portos do Norte, totalizando 1245 passagens. Se pensarmos a quantia referente à média total de passagens solicitadas no ano de 1915 foi de 4378 para os portos do Norte.

Para os portos do Sul, foram encontrados ofícios que pediam no mês de agosto 298 passagens para o Rio de Janeiro; em setembro solicitaram, sem especificidade da localidade, 362,5 passagens para os portos do sul e em outubro foram pedidas 361,5, totalizando, em média, no ano 1915, 1021 passagens para os emigrantes. Cabe ressaltar que os portos do sul estariam mais ligados a Rio de Janeiro e São Paulo, que já tinham o ‘costume’ de receber migrantes para suas fazendas, principalmente de café.

Levando em consideração que esses dados não podem ser tomados como a verdade absoluta e que não é possível comprovar que a Companhia conseguiu encaminhar para o governo do Ceará tais passagens, podem-se inferir, de qualquer modo, alguns dados relevantes: o número de passagens para o Norte foi, praticamente, o quádruplo de passagens referentes ao Sul. E mesmo que, ratificando, esses dados sejam imprecisos, observa-se também que as passagens para o Pará e Manaus foram bastante requeridas, partindo do pressuposto que, neste período, o comércio da borracha era feito, em grande parte, por mão de obra cearense.

Furtado²⁷ explica que a expansão da comercialização da borracha na Amazônia era estritamente uma questão de suprimento de mão de obra. Para o autor, a imigração de europeus para as regiões do café deixou disponíveis para o Norte a mão de obra dos nordestinos para a expansão da borracha, devido à crise do açúcar e a concorrência estrangeira em torno do algodão. Desde o século XIX, pós-seca de 1877, que a mão de obra nordestina passou a ser orientada para Amazônia. A concentração da população sertaneja nas cidades devido à estiagem facilitou o seu recrutamento. Mesmo assim a maioria dominante da região se opunha a tal migração, pois via nela a perda de sua fonte de riqueza. Tal discurso se estendeu em todo o século XX: estimular ou não a migração desses sertanejos à procura de ajuda nos centros urbanos para outros estados? No entanto, “o grande movimento de população nordestina para a Amazônia consistiu basicamente em um enorme desgaste humano em uma etapa em que o problema fundamental da economia brasileira era aumentar a oferta de mão de obra.”²⁸

Isso também explica outros dois pontos: nem a IOCS e nem as Comissões de Socorros conseguiram abarcar o número de sertanejos em busca de trabalho e o próprio Benjamim Barroso subsidiava, por meio da Lloyd, as passagens, principalmente, para o Norte; e, neste período, as elites do sudeste não queriam mais receber os retirantes, visto que a crise econômica do período Wenceslau Braz, sobretudo com a 1ª Guerra Mundial, fazia com que o sudeste se voltasse para esses problemas.

Devido a tais medidas, no *Correio da Manhã* de novembro de 1915, uma reportagem alegava:

A Inspeção de Obras Contra as Secas recebeu do seu primeiro distrito, no Ceará, o seguinte telegrama: “êxodo da população cearense continua crescendo em rápida e

27 FURTADO, Celso. Formação econômica do Brasil. 32ª Edição. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2005.

28 Idem, p.137.

assustadora progressão. Ontem embarcam para o sul e para o norte do país mais de mil pessoas.²⁹

No mesmo jornal, segundo o correspondente enviado a Fortaleza, que não se identificou, um doutor residente do Ceará havia realizado um protesto chamado *desamparo ao povo cearense*, condenando o êxodo em “oposição à emigração crescente das populações flageladas.” Na reportagem, ressaltava-se a oposição da bancada política cearense que telegrafava a capital “dizendo que o êxodo fora solicitado pelo governo”. O protesto foi enviado para o jornal *Diário do Estado* propondo:

(...) que o dever da bancada era influir no espírito do presidente da República para impedir o despovoamento do Estado, ao contrário do que fez pedindo à abertura de um crédito para sua localização no Amazonas, sem atender ao inconveniente que esta medida acarretara para o futuro econômico do Ceará, e que este mesmo crédito seria melhormente aplicado no Estado com benefícios gerais.³⁰

Mais um exemplo, agora de um jornal local do Ceará, *A Lucta*, no qual se via a mesma insatisfação em relação às obras e as migrações, incluindo críticas ferrenhas a Benjamim Barroso, não só nesta reportagem abaixo referida, mas em outras no mesmo ano:

O dr. Barroso que permanecia impassível ante os horrores da fome e da miséria que varre todo o Estado deslocando o população e fazendo humilhanamente inúmeras vítimas, ao caírem as primeiras chuvas nos últimos dias de março, ao invés de continuar o seu inutilismo que então valia ouro, não telegrafou ao presidente da Republica noticiando o início de solene, abundante e estrepitoso do inverno e pedindo por favor que fossem enviadas por intermédio da Inspeção de agricultura e com toda urgência, semente para lavradores, o que serviu apenas para arrefecer e talvez aniquilar o movimento para obtenção do prolongamento das estradas, único meio de por tem atividade tantos braços paralisados pela demora de chuvas(...)Parece-nos um mal contagioso dos governantes cearenses não quererem que o governo central auxilie o povo nas crises climatericas.³¹

Em 1915, os jornais e relatórios reclamavam a “facilidade” do êxodo da população sertaneja que não beneficiava a economia e esvaziava as localidades. Tais discursos também estavam impregnados na própria elite latifundiária local, ora para que o sertanejo permanecesse nos sertões e os fazendeiros não perdessem sua mão de obra mantendo as velhas relações paternalistas de dependência, ora para que o sertanejo não passasse a reivindicar seu espaço e se amotinasse e se rebelasse contra o poder local.

O número das migrações aqui relatadas e as reportagens do *Correio da Manhã* e do jornal *A Lucta* são bastante relevantes para se entender como anos depois, principalmente

29 Correio da Manhã, *O êxodo da população cearense*. Rio de Janeiro: Ano XV, nº 6.9098, 5 de novembro 1915, p.6.

30 Idem.

31 Jornal *A Lucta*, *A seca*. Sobral: Anno 1, 21 de abril de 1915.

no período de Getúlio Vargas, na seca de 1932, se fará uma forte vigilância contra as migrações optando por manter, o máximo possível, o número de sertanejos nos sertões.

Na reportagem de *A Lucta*, a crítica ainda se estendia à falta de sementes distribuídas aos flagelados em períodos de chuva, o que impediria as migrações e sustentaria os sertanejos para enfrentar a estiagem. Ainda ressaltavam que Barroso não lutou pelas verbas para o Ceará, no que diz respeito também à construção de prolongamentos ferroviários. O jornal era claramente de oposição ao governo e, apesar disso, nota-se, pela análise dos relatórios da IOCS e de outros jornais, que em relação às obras e as migrações o jornal estava correto. As obras foram muitas vezes paralisadas por falta de verbas. Há açudes e prolongamentos ferroviários que passaram mais de 10 anos para serem concluídos e os índices migratórios, prontamente mostrados, ressaltam que o governo do Ceará não conseguiu conter as retiradas.

O problema também da distribuição de sementes em períodos de chuva comprovava que não havia como o sertanejo se preparar para a estiagem, visto que no momento que poderiam fazer uma reserva de alimento não tinham como, porque entre uma seca e outra o governo não planejava a fixação do sertanejo aos sertões. Mesmo que o sertanejo entendesse da terra e das chuvas não tinha, muitas vezes, condições financeiras de lidar com a crise climática. Cabia ao governo atenuar os seus efeitos. Por isso, *A Lucta* terminava a reportagem dizendo: "Parece-nos um mal contagioso dos governantes cearenses não quererem que o governo central auxilie o povo nas crises climatericas."³². No entanto, cabe refletir que – neste período - para os grandes proprietários era mais importante manter o pequeno produtor sobre sua dependência e manter a União afastada dos problemas do Nordeste, do que resolver o problema da falta de sementes ou até mesmo da demora na construção das obras. Por isso, por muitas vezes, a União não conseguiu intervir nos sertões. Muitas eram as relações políticas entre o governo local e os latifundiários, e a IOCS também sentiu essa relação de imediato quando tentou penetrar nos sertões e teve que barganhar com a política dos sertões para concretizar seu projeto. Sendo assim, as obras acabavam interessando às elites, ou para manter essa relação de dependência, visto que muitas delas eram construídas em grandes propriedades, ou para o desvio dessas verbas de combate às secas pelas prefeituras.

Conquanto, um dado se faz importante e se tornará todo legado da Inspetoria e do pensamento brasileiro no que se refere a migrações. Aarão Reis, em seu relatório dos trabalhos realizados de 1915 a 1918, mostrou a diferença entre migrações para a Amazônia – de povoamento, colonização – e as migrações que não se destinavam para tal fim, revelando o porquê do estímulo para as passagens ao Norte do país, como atestado acima. No relatório, era valioso o nordestino que emigrava para prosperar áreas inóspitas, mas não o eram aqueles que deixavam para ir a outros estados "sacrificando a terra natal". Por isso, Reis se dizia contrário à "facilidade" das migrações em massa que levavam os "valiosos braços e tempera sertaneja, a prosperidade a outros estados da União". Mas, quando apontava para migrações para Amazônia, dizia:

A emigração espontânea – que lava a exuberância de certas populações à procura de mais fáceis e rápidos meios de vida e de futura tranquilidade – deve de gozar de plena e ampla liberdade; e, dessa, nem um mal real advém, em geral, aos centros natais de onde se afasta. A prosperidade da Amazônia, que tanto deve ao valiosíssimo concurso das

32 Idem.

levas de cearenses e rio-grandenses do norte, atraídas para ali pela sedução do ouro negro – reagiu sobre esses dois Estados de modo eficiente e salutar.³³

Desta forma, apesar de Reis não ser a favor das migrações, não deixava de salientar que as retiradas para a Amazônia foram eficientes e não prejudicaram as cidades nordestinas. Pelo contrário, agiu de forma salutar no Ceará e no Rio Grande do Norte. No entanto, sabe-se que “em 1915 os sonhos de enriquecimento rápido já tinham se esvaído.”³⁴ De acordo com Marco Antonio Villa, desde as viagens à Amazônia em péssimas condições nos navios da Llyod até a chegada nos seringais, onde milhares de sertanejos chegaram a morrer pelas condições insalubres, diversas famílias foram separadas, pois só embarcavam os mais saudáveis. Deste modo, a migração para Amazônia levou à morte milhares de sertanejos, à separação de diversas famílias e não reparou a situação de pobreza dos retirantes.

O farmacêutico Rodolfo Teófilo, que viveu a seca de 1877 e trabalhou na vacinação dos sertanejos em 1915, também relatava essa visão muito comum à época: a crítica aos sertanejos que migravam e a exaltação dos que permaneciam mesmo com a seca. Porém, a ida não era espontânea como ressalta Reis e Teófilo. Segundo Maria Verónica Secreto³⁵, as viagens eram subsidiadas pelo governo desde o período do Império, logo não era uma migração espontânea. Teófilo, portanto, narra:

(...) O sertanejo não abandona a sua casa em tempos bons, salvo o que vai tentar fortuna no Amazonas (...) A gente que aos primeiros sinais da seca abandona os lares é ruim, saindo não faz falta, é vagabundo por instinto e preguiçoso por índole. Acresce que 30% são de outros Estados, mormente da Paraíba e Rio Grande do Norte. O sertanejo trabalhador fica em casa, sofrendo as maiores privações, alimentando-se de mucunã e de outras plantas brabas, esperando à custa dos maiores sacrifícios que termine o flagelo.³⁶

A figura do sertanejo como “vagabundo”, “preguiçoso” e “indolente” foi muito comum também no começo da República, exaltando, pelo contrário, o sertanejo trabalhador que, apesar das privações, optava pelos sacrifícios de permanecer em sua terra natal. Essa postura de um intelectual como Teófilo exemplifica como as elites viam a figura do sertanejo e como tal postura estigmatizou o homem dos sertões ao longo da história. Tal discurso justificava, muitas vezes, a exploração da mão de obra dos sertanejos nas obras públicas e a construção de obras e mais obras, muitas vezes sem o mínimo de planejamento e estrutura.

Considerações Finais

Dada a conjuntura de implementação da IOCS e a seca de 1915 e dadas as

33 REIS, Aarão. Relatório apresentado ao Exm. Sr.Dr. Augusto Tavares Lyra pelo Dr. Aarão Reis Inspetor extinto de obras contra as secas, incumbido, em comissão de instalar e dirigir essas obras, fora da alçada daquela Inspetoria. Ministério de Viação e Obras Públicas. Obras Novas Contra as Secas, 3 de setembro de 1915 a 31 de maio de 1918. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1920, p.8.

34 VILLA, Marco Antonio. Vida e morte no Sertão. Histórias das secas no Nordeste nos séculos XIX e XX. São Paulo: Ed Ática, 2000, p.119.

35 SECRETO, Maria Verónica. Soldados da Borracha. Trabalhadores entre o sertão e a Amazônia no governo Vargas. São Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo, 2007.

36 TEÓFILO, Rodolfo. A Seca de 1915. Fortaleza: Edições UFC, 1980, p.87 e p.88.

atitudes dos líderes daquele momento histórico, tanto os engenheiros quanto ministros da IOCS, se observou que há uma construção social no trato com a seca relacionada não só com o momento de intervenção mais racional do homem sobre a natureza, como também às questões políticas e econômicas que perpassam a história dos sertões. Quando se olhou para os sertões com o olhar do progresso, a intervenção sobre a natureza e depois sobre o homem se tornou concreta por meio das obras públicas de combate à seca, os açudes, as ferrovias, as rodovias que levariam os sertões a modernizar-se e os interligaria a todos as partes do país. O abandono a que a região era imposta desde o período colonial não existiria mais e a integração nacional passaria a existir de fato e de direito, com o avanço do progresso e das obras públicas.

No entanto, tais obras serviram mais para ocupar a mão de obra desmobilizada do sertanejo do que resolveram o problema da falta de estrutura que as estiagens ocasionavam. Isso evidencia a postura da IOCS em não ter um projeto organizado de prevenção dos efeitos das secas. Muitos relatórios mostraram que os trabalhos eram feitos a esmo para ocupar a mão de obra sertaneja ou explorá-la. Nessas obras, diversas mortes ocorreram pela má qualidade da estrutura das construções ou pela falta de condições mínimas de higiene a que eram submetidos os trabalhadores. A ideia de transformar a qualquer custo o trabalhador rural em operário das obras públicas revelava as pressões de um país em vias de modernização, uma expressão de mecanismos que não conseguiram levar em consideração culturas distintas, como a dos sertanejos nordestinos.

Em 1915, apesar de acompanhar uma modernização mais primária, porém clara e evidente com a ascensão de uma burguesia industrial mais coesa dentro dos estados nordestinos, a autonomia dos poderes locais ainda era intensa e implicava em diferenças no trato com a seca incluindo atraso nas obras, barganhas em torno da água e a ajuda de instituições particulares como irmandades religiosas e associações comerciais para conter as crises climáticas. Celso Furtado³⁷ salientou em seus escritos que a responsabilidade maior pela pobreza dos sertões deve ser cotada à classe política nordestina que, prevalecida pelas suas posições, acabava por dificultar a formulação de políticas públicas possíveis para os semiáridos. Relata também que o lançamento das obras emergências tornou-se necessário, mas não podia ficar à revelia do poder local, e o que surpreendia ao longo dos anos era a não prevenção em relação às secas. Era notório que existiam recursos que podiam prever a chegada da seca, mas o que dificultava era a falta de uma carteira de projetos que prevenissem a sua consequência nas regiões semiáridas. Celso Furtado falava, precisamente, da atuação da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (Sudene) pós-1959³⁸, mas tal avaliação é uma velha questão a que os sertões são submetidos desde o período da IOCS.

Acrescentado a isso o fato de que havia ainda as visões deterministas, mencionadas em todo este artigo, ligadas a um discurso que via o sertão como sinônimo de seca. O discurso da ausência de chuvas como a maior dificuldade dos sertões, e o estímulo a construções de açudes não resolveram a ausência de água. Até os dias atuais, os sertões nordestinos sofrem com a falta de planejamento e manejo correto da água, o que faz refletir se, de fato, não existe água nos sertões, ou não existe interesse em distribuí-la igualmente entre os pequenos e grandes produtores?

Sendo assim, a IOCS entendia que, para transformar os sertões do “atraso”, era necessário intervir na natureza, mudá-la, e as obras públicas seriam a saída para conter as

37 TAVARES, M. C.; ANDRADE, M. C.; PEREIRA, R. (entrevistadores). *Seca e Poder: entrevista com Celso Furtado*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1998.

38 Sobre a criação e atuação da Sudene ver: O Brasil de Jk: a criação da Sudene. Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/JK/artigos/Economia/Sudene>. Acessado em: 08 de abril de 2015.

crises climáticas. Com isso, o sertanejo, acostumado com uma vida autônoma na agricultura, na vaquejada e com uma maneira própria de lidar com o mundo do trabalho e com a terra, acabou por ver seu cotidiano modificado nas obras por um discurso que levou a segregar ainda mais o litoral e o sertão, o que culminou em diversos conflitos no campo, no cangaço e em motins e saques contra as ações ditas “modernas” e contra o poder dos latifundiários.

Recebido em 01 de maio de 2015, aprovado em 27 de julho de 2015.